

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.119 - BA (2019/0168414-0)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : RUAN CARLOS BATISTA DOS SANTOS SOUZA (PRESO)
ADVOGADO : SANZIO CORREA PEIXOTO - BA027480
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por RUAN CARLOS BATISTA DOS SANTOS SOUZA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia no julgamento do HC n. 8024337-72.2018.8.05.0000.

Extrai-se dos autos que o paciente foi preso preventivamente no dia 28 de setembro de 2018 por ter supostamente praticado os delitos tipificados nos arts. 299, parágrafo único, 313-A, 314, 316, § 2º, do Código Penal e 1º, inciso II, da Lei n. 8.137/90 (falsidade ideológica majorada, inserção de dados falsos em sistema de informações, extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento, excesso de exação em proveito próprio e crime contra a ordem tributária).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem, por entender que estavam presentes os requisitos para a manutenção da custódia cautelar. Referido acórdão recebeu o seguinte sumário:

"PENAL. PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. DELITOS PREVISTOS NOS ARTIGOS 299, PARÁGRAFO ÚNICO, 313-A, 314, 316, § 2º (POR DEZ VEZES), TODOS DO CÓDIGO PENAL, E ARTIGO 1º, INCISO II (POR DEZ VEZES) DA LEI Nº 8.137/90. ALEGAÇÃO DE ILEGALIDADE DA PRISÃO EM RAZÃO DA NÃO REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA. ALEGAÇÃO SUPERADA, DIANTE DA DECRETAÇÃO DA CUSTÓDIA PREVENTIVA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA MEDIDA EXTREMA. NÃO ACOLHIMENTO. RELEVANTES INDÍCIOS DE AUTORIA E PROVA DA MATERIALIDADE DOS DELITOS, IMPUTADOS AO PACIENTE. NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DOS DELITOS. PERICULOSIDADE DO AGENTE EVIDENCIADA. RISCO CONCRETO DE REITERAÇÃO DE PRÁTICAS CRIMINOSAS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO.

CONHECIDO. ORDEM DENEGADA. HABEAS
CORPUS." (fl. 645)

No presente recurso, a defesa defende a ausência dos requisitos autorizadores do art. 312 do Código de Processo Penal – CPP, de modo que a imposição da prisão preventiva não estaria suficientemente justificada.

Afirma, ainda, que não foi realizada a audiência de custódia.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão cautelar, se for o caso com aplicação de medidas cautelares alternativas.

É o relatório.

Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator